

Bancos buscam munção contra Americanas e sócios

Varejo Novas ações judiciais tentam levantar informações da empresa

Bancos buscam provas para responsabilizar trio

Rodrigo Carro, Álvaro Campos e Laura Ignacio
Do Rio e de São Paulo

Os grandes bancos brasileiros começam a se movimentar na Justiça para responsabilizar os acionistas de referência da Americanas — Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira — pelas “inconsistências contábeis” de R\$ 20 bilhões na varejista. Os credores entendem que houve fraude e, portanto, os sócios deveriam arcar com o problema e indenizar quem foi lesado.

Itaú Unibanco, Bradesco e Santander entraram com ações que, em estratégias diferentes, buscam levantar informações da companhia ou impedir a destruição ou ocultação de provas. Segundo advogados, a intenção é entender o que aconteceu na varejista e, a partir daí, buscar responsabilizações.

O Bradesco ingressou na Justiça de São Paulo com uma ação de produção antecipada de provas. A estratégia é, por meio de auditoria forense, provar que houve fraude na companhia e, assim, solicitar a “desconsideração de personalidade jurídica” da varejista, o que permitiria chegar ao patrimônio dos sócios. “É necessário encontrar os arquitetos da fraude, bem como aqueles que, violando seus deveres fiduciários dentro da Americanas, foram complacentes com o esquema”, diz o banco, representado pelo Warde Advogados.

No texto, o Bradesco também disse que o comitê independente criado pela Americanas para apurar as circunstâncias que ocasionaram inconsistências contábeis “de independente, mesmo, não tem absolutamente nada”.

Os bancos em geral vêm defendendo que os acionistas de referência assumam o rombo e façam um aporte na companhia da ordem de R\$ 15 bilhões para que ela volte a ser viável. Em conversas antes da recuperação judicial, no entanto, o trio acenou com um tamanho muito menor, de cerca de R\$ 6 bilhões.

O Santander, por sua vez, pediu que a Americanas seja obrigada a apresentar imediatamente todas as correspondências — incluindo e-mails, cartas e mensagens de WhatsApp, Telegram ou qualquer rede social — que seus executivos e acionistas controladores tenham trocado nos últimos dez anos a respeito das operações de risco sacado e quaisquer outras relacionadas às “inconsistências contábeis” informadas pela varejista.

Assim como o Bradesco, o Santander tenta chegar ao trio. “Durante décadas, a Americanas ostentou reputação para lá de ilibada perante o mercado e a opinião pública. E isso se devia em grande parte à —hoje nem tão boa— fama de alguns dos seus principais acionistas e administradores”, ironizam os advogados do banco na petição, datada de segunda-feira.

A instituição financeira solicitou também que sejam entregues pela varejista todas as apresentações internas e documentos da companhia a que os seus acionistas controladores tiveram acesso no mesmo período. O Santander quer, ainda, o acesso a “demonstrações financeiras da Americanas, bem como os balanços, balancetes, livros fiscais, extratos bancários, instrumentos de dívida e relatórios de auditoria dos últimos 10 anos”.

Em outra frente, o Itaú obteve no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) decisão que impõe o prazo de cinco dias para a manifestação de membros ou ex-membros do conselho de administração da Americanas. O banco pediu a antecipação de provas com o objetivo de evitar “tentativa indevida de ocultação ou destruição de documentos”. O prazo foi determinado após prévia citação judicial dos envolvidos.

A decisão é do juiz Guilherme de Paula Nascente Nunes, da 2ª Vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem do TJSP. O magistrado determinou a apresentação das demonstrações financeiras das empresas do grupo Americanas, balanços, balancetes, livros fiscais e relatórios de auditoria dos últimos cinco anos, além de cópias de todos os e-mails trocados entre o CEO Miguel Gutierrez e Fábio Abrate, ex-diretor financeiro, no período, tratando do endividamento da companhia e/ou das demonstrações contábeis.

O Itaú solicitou a tomada de depoimentos de Carlos Sicupira e Paulo Alberto Lemann —representantes dos acionistas no conselho da empresa—, Sérgio Rial (que ficou nove dias como CEO e revelou os problemas), auditores da KPMG e PwC, entre outros. O banco destacou “que a prova produzida antecipadamente neste processo poderá ensejar a responsabilização dessas pessoas físicas, tanto do ponto de vista indenizatório, quanto mediante desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 50 do Código Civil”.

As novas ações mostram uma mudança na estratégia dos bancos, num primeiro passo para tentar chegar aos acionistas. Isso depois de as instituições financeiras sofrerem uma série de derrotas na Justiça em petições relacionadas ao bloqueio de recursos da Americanas e à recuperação judicial.

Além disso, várias das movimentações feitas ontem foram protocoladas na Justiça de São Paulo, e não na do Rio, onde corre a recuperação judicial e também onde as decisões têm sido mais favoráveis à empresa.

Na noite de ontem, o BTG Pactual obteve uma vitória em recurso levado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) na disputa que trava com a Americanas para o uso de R\$ 1,2 bilhão da empresa para compensação de dívidas. A decisão permiti-

Dívidas financeiras

Valores informados pela Americanas *



Fonte: Americanas. Elaboração: Valor. *Dados sem confirmação dos credores. **Soma de valores devidos à JSM Global e BVM Lux, controlados que fizeram emendas dos bancos. ***Soma de valores devidos a agentes fiduciários Oliveira Tract, Pontigone e Wirtz.

te que o dinheiro fique na conta do banco, porém a definição sobre a comarca competente para analisar o assunto ficou para depois do fim do recesso do tribunal. O BTG pediu que somente o juiz de São Paulo examine medidas urgentes relativas à compensação.

Também ontem, o juiz em exercício da 4ª Vara Empresarial do Rio, Luiz Alberto de Carvalho, informou que os bancos Safra e BV restituíram à Americanas valores compensados anteriormente por eles a título de antecipação no vencimento de dívidas da varejista. À Justiça, a Americanas disse na semana passada que o Safra havia retido quase R\$ 100 milhões.

Segundo apurou o Valor, o Safra depositou anteontem, na conta da Americanas, R\$ 95 milhões, mas o montante foi retirado em seguida

para compensar fiança paga ac BNDES. O Safra foi fiador de operações celebradas entre a varejista e o banco de desenvolvimento no valor total de R\$ 399 milhões, diz uma fonte que preferiu não ter seu nome divulgado. Conforme esse interlocutor, o Safra pagou esse montante ao BNDES na segunda-feira, ficando credor desse valor.

“Ontem (24), cumprindo ordem judicial, o Safra depositou o R\$ 95 milhões na conta da Americanas e, ato contínuo, se compenrou, já que o contrato permite isto. Retirou esse dinheiro da conta do cliente”, diz a fonte, acrescentando que ainda falta cobrar da empresa R\$ 304 milhões.

Procurados, os bancos não comentaram o assunto. O trio de acionistas de referência da Americanas não se manifestou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Empresas Caderno: B Pagina: 6